

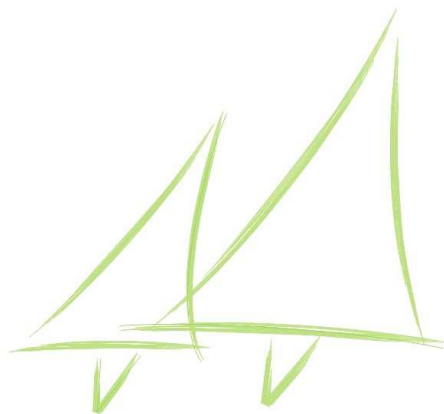
V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUESTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



074 - O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA NO DESENVOLVIMENTO DE UMA REGIÃO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA COOPERATIVA DE PEQUENOS PRODUTORES DE SÃO PAULO

O rol das cooperativas na luta contra a pobreza, pelo
comércio justo e pelo trabalho digno

Mônica Teles Martins
mtmartins@gmail.com

*Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo - FEA-RP/USP*

Cláudia Souza Passador
cspassador@usp.br

*Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo - FEA-RP/USP*

Ademir de Lucas
adlucas@esalq.usp.br

*Escola superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Universidade de São Paulo –
ESALQ/USP*

João Luiz Passador
jlpassador@usp.br

*Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo - FEA-RP/USP*

Resumo

A trajetória do setor agroindustrial brasileiro não foi capaz de promover desenvolvimento nem diminuir a pobreza no meio rural. Isso só ocorrerá mediante uma combinação de mudanças nas políticas governamentais e por iniciativas da sociedade. A principal diretriz na busca do desenvolvimento rural é a consolidação da agricultura familiar, uma vez que ela representa uma forma de ocupação geradora de renda e a possibilidade de fixação desses produtores no campo. Estudos afirmam que o associativismo e o cooperativismo são ferramentas importantes capazes de viabilizar essa permanência dos pequenos produtores no campo e identificar instrumentos que possam promover o desenvolvimento contemplando as dimensões econômica, social e humana. Desta forma, este trabalho tem como objetivo geral analisar a contribuição, a longo prazo, das sociedades cooperativas na promoção do desenvolvimento de uma determinada região, por meio de um estudo das mudanças sofridas no padrão de renda e qualidade de vida dos produtores após a criação de uma cooperativa. Primeiramente é realizada uma revisão teórica sobre os temas envolvidos: cooperativismo e desenvolvimento, para em seguida ser feita uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório através da aplicação de um questionário com produtores da Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro-SP. Os resultados apontam que a cooperativa teve papel fundamental na criação de capital social e no desenvolvimento da região.

Palavras Chave: Desenvolvimento Local, Cooperativismo, Agricultura Familiar, Pecuária Leiteira, Capital Social

Abstract

The evolution of Brazilian agribusiness wasn't able to promote development or to reduce poverty in rural areas. This is only going to happen with a combination of changes in public policies and society initiatives. The most important thing to promote rural development is to consolidate family farmers because they provide income and encourage the rural inhabitants to remain in rural areas. A lot of studies confirm that the associations and the cooperatives assist rural population retention and at the same time promote economic, social and human development. The objective of this study is to analyse the long term contribution of cooperative organizations in the development of a region, by researching the changes in incomes and quality of life of the producers after the creation of a cooperative in the area. So, firstly a theoretical review of the two subjects involved: cooperative organizations and development is presented and secondly a qualitative and exploratory research is made through an interview with 17 producers from the São Pedro's Agro Producers Cooperative. The results showed that the cooperative really has an important role in the creation of social capital and in the promotion of development in the region.

Key words: Local Development, Cooperative Organizations, Family Farmer, Dairy Production, Social Capital.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o setor agrícola, bem como todo o país, passou por diversas transformações. A agricultura sofreu profundas mudanças devido ao avanço da tecnologia que implicou em uma série de modificações internas aos sistemas de produção.

Graziano da Silva (1996) refere-se à emergência de um novo padrão agrícola devido à transformação da estrutura e às articulações e integração com a economia global. Assim, como consequência dessa nova dinâmica da agricultura, não se deve mais considerá-la de forma autônoma, mas dependente da dinâmica da indústria, não podendo assim ser encarada de forma isolada, mas devendo ser analisada como algo integrado ao complexo agro-industrial a que pertence. O autor mostra ainda a importância da “orquestração de interesses” entre ações das forças sindicais, econômicas e políticas dos agentes que integram o Complexo Agroindustrial e pela ação do Estado através de políticas públicas e suas agências, ao estabelecer relações particulares com os agentes anteriormente citados.

Ao analisar a contribuição das políticas públicas no processo “modernizante”, Kageyama et al (1990), diz que o Estado atuou em todas as fases do processo produtivo através das políticas tecnológicas e de financiamento. Entretanto, essas políticas não forneceram mecanismos compensatórios sobre seus efeitos sociais na estrutura agrária, nos recursos naturais, na concentração de renda, nas disparidades regionais e no êxodo rural. Portanto, do ponto de vista social, esse modelo de crescimento agroindustrial foi excludente e aumentou a concentração de renda e de capital, conforme Graziano da Silva (1996). Veiga (1997) completa ainda que um padrão oposto teria como característica essencial a redução da pobreza.

Observa-se que a trajetória do setor agroindustrial brasileiro não foi capaz de promover desenvolvimento rural, entendido como abrangente das dimensões econômica, social e humana, nem tampouco foi capaz de diminuir a pobreza no meio rural (Oakley e Garforth, 1985).

Segundo Veiga (1997), a transição para um padrão que busque a redução da pobreza, entendida de forma ampla, só poderá ocorrer mediante uma combinação de mudanças nas políticas governamentais e por iniciativas da sociedade. O autor diz ainda que o “desenvolvimento rural é um fenômeno intrinsecamente regional”.

Hoje, a agricultura brasileira dá grande contribuição social e econômica ao país. Segundo dados do IBGE, em 2005 o setor primário representou 8,4% do PIB do Brasil, e mais de 30% se for considerado todo o agribusiness. É também no meio rural que se concentra 24% da mão-de-obra ativa do país e, quando considerado o complexo agro-industrial e serviços, esse índice sobe para 40%. Por tudo isso, o Brasil é um país agroexportador, que tem na agricultura a saída para o fortalecimento da sua economia, equilíbrio da balança comercial e geração de emprego e renda.

Segundo uma pesquisa, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) a pedido do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004) Dentro desse contexto, observa-se que a participação do agronegócio familiar no “PIB agrícola” brasileiro é de 33%, contra 67% do agronegócio patronal. O

modelo de desenvolvimento agrário e agrícola brasileiro, centrado na promoção e acúmulo de capital pelo aumento da produtividade da terra e do capital empregado, privilegia os médios e grandes produtores agroexportadores, e resulta na maior concentração da terra e da renda no meio rural. Observa-se, porém, que este é o modelo oposto ao que prevaleceu nos países desenvolvidos, os quais tiveram sua agricultura baseada na estrutura familiar (VEIGA, 1996).

Deve-se ressaltar que as propriedades rurais familiares são responsáveis por quase 40% da produção agropecuária e por empregar 86% dos trabalhadores rurais do país. De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar, dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, mais de 60% vêm desse segmento do setor agrícola. Por exemplo: 70% do feijão, 84% da mandioca, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 40% de aves e ovos são advindos da agricultura familiar.

Abramovay *et al.* (1996) afirma que a principal diretriz na busca do desenvolvimento rural deve ser a consolidação da agricultura familiar, pois ela representa uma forma de ocupação geradora de renda e a possibilidade de fixação desses produtores no campo, contendo o êxodo rural. Bialoskorski Neto e Balieiro (2000) afirmam que o associativismo e o cooperativismo são ferramentas importantes capazes de viabilizar a permanência de pequenos produtores no campo e identificar instrumentos que possam promover o desenvolvimento contemplando as dimensões econômica, social e humana. Para Perez (1990) a organização de pequenos produtores rurais faz com que estes reúnam possibilidades de reter, em maiores proporções, a renda gerada em suas unidades de produção, resultando assim numa melhoria de sua capacidade produtiva e das condições de vida.

Considerando a importância que a discussão sobre desenvolvimento, mais especificamente sobre o desenvolvimento rural, tem assumido e a crescente exigência de se encontrar mecanismos que os promovam, como as cooperativas, o objetivo geral deste trabalho é analisar a contribuição de uma sociedade cooperativa na promoção do desenvolvimento de uma determinada região, por meio de um estudo das mudanças sofridas no padrão de renda e qualidade de vida dos produtores após a criação de uma cooperativa.

Metodologia

O trabalho analisa informações das condições de vida de pequenos produtores antes e após a criação da Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro, a COOPAMSP, através de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Desta forma, busca-se relacionar o surgimento da cooperativa com os aspectos do desenvolvimento local da região de São Pedro.

O trabalho consiste na construção de um estudo de caso. Apesar de suas limitações, considera-se que, dada às profundas dificuldades de se promover melhorias no meio rural, bem como àquelas pelas quais passam os pequenos agricultores neste país de uma maneira geral, a metodologia de estudo de casos de cooperativas de pequenos produtores pode apontar alternativas para a promoção do desenvolvimento local. Não se trata de uma generalização, mas da verificação dos caminhos que estão sendo usados em um determinado

local, para a superação dessas dificuldades, onde ainda não existe uma estratégia única ou generalizável.

Concomitantemente à análise qualitativa, é realizada uma análise quantitativa dos aspectos econômicos e sociais dos produtores e tem objetivos descritivos. A coleta de dados é feita através de questionários semi-estruturados posteriormente analisados por um método estatístico de variáveis pré-selecionadas.

Desta forma, a amostra utilizada foi obtida de forma induzida, contendo 17 produtores, os quais foram os fundadores da cooperativa e ainda permanecem sócio dela até hoje. Para esta pesquisa de campo foi utilizado um questionário contendo perguntas relativas às características sócio-econômicas do produtor e suas unidade produtiva, como renda, propriedade, produção, benfeitorias, escolaridade, acesso a bens de consumo e a políticas públicas, antes da formação da Cooperativa e atualmente. Também foram feitas algumas perguntas abertas e abrangentes sobre a cooperativa, de forma a se observar a percepção geral dos produtores com relação a ela e verificar se há um reconhecimento de sua importância na melhoria de suas condições de vida, ou não.

Este trabalho está então dividido em quatro sessões. Depois desta introdução onde foram apresentados e justificados os objetivos do estudo bem como sua metodologia de análise, é apresentada a revisão bibliográfica dos temas desenvolvimento e cooperativismo na sessão que segue. Em seguida expõe-se o estudo de caso com a descrição a instituição estudada e a análise dos resultados obtidos. Por fim, na conclusão são ressaltados os aspectos mais relevantes encontrados e são feitas algumas considerações.

2. CONTEXTO

Desenvolvimento

Segundo Fischer (2002), o conceito de “desenvolvimento”, desde sua origem sugeriu o emprego de estratégias para produzir mudanças. A autora relembra que o termo adveio da biologia, e que, após a teoria evolucionista de Darwin, foi tido como sinônimo de “evolução”. Quando é transferida para a área social, no final do século XVIII, a palavra passa a ser empregada para designar “um processo gradual de mudança social” (FISCHER, 2002).

No entanto, segundo Veiga (2000), a definição mais freqüente de desenvolvimento e que predominou nas últimas décadas foi a de “crescimento econômico”, e por isso, ele era medido apenas com base na renda *per capita* e na taxa de emprego. Na década de 60 as nações desenvolvidas eram aquelas que haviam se tornado ricas pela industrialização. Esse modelo foi então adotado nos demais países, mas o crescimento econômico gerado pela industrialização nos países semi-industrializados (entre os quais o Brasil) “não se traduziu em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais” (VEIGA, 2000).

Sen (1999) propõe pensar o desenvolvimento como liberdade, sendo essa o fim e o meio para se chegar àquele. De acordo com o autor, “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua

condição de agente". Segundo o mesmo autor, o desenvolvimento não pode ser determinado apenas pela acumulação de riqueza e o crescimento do Produto Interno Bruto de uma nação.

Mais recentemente acrescentou-se o aspecto ambiental, cultural e social na concepção de desenvolvimento humano, prevalecendo, porém, a aceitação de que sem crescimento econômico não se pode conseguir o bem estar social. Essas modificações se deram a partir do momento em que as preocupações ambientais ganharam escala mundial e no âmbito do próprio conceito de desenvolvimento sustentável. Como exemplo, podemos citar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972; a Comissão Brundtland de Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), 1990; a ECO 92; a Agenda 21; entre outros.

Sen (1999) entende que as pessoas são agentes capazes de agir e provocar mudanças conforme seus valores e objetivos, e segundo o autor, o local, como *locus* da vida e manifestação imediata das ações dos agentes, passa a ganhar maior significado nos discursos em torno do desenvolvimento. A vida acontece no local e cada localidade tem uma forma diferente de manifestação de vida. Portanto, não cabem mais políticas impostas de "cima para baixo", mas geradas a partir do local, com participação popular. Coelho e Fontes (1998) reforçam essa idéia ao afirmarem que esse novo enfoque dado ao desenvolvimento, contrapõe-se às estratégias de desenvolvimento baseado na grande empresa, devendo ocorrer de baixo pra cima, sugerindo, desta forma, o conceito de desenvolvimento local.

Buarque (2000) *apud* Moura et al.(2002) define o desenvolvimento local como o "processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala (municípios, localidades, microregiões) que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população".

Del Castilho (1994) define desenvolvimento econômico local como aquele processo que reativa a economia e dinamiza a sociedade local que, através do aproveitamento eficiente dos recursos endógenos disponíveis em uma zona determinada, é capaz de estimular seu crescimento econômico, criar emprego e melhorar a qualidade de vida em uma comunidade local.

Através destas definições, pode-se dizer que a participação é um conceito bastante presente na questão do desenvolvimento local. Ávila (2000) afirma que um processo de desenvolvimento local pode ser percebido quando determinada comunidade desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das condições que lhe são inerentes, melhorando sua qualidade de vida, a partir da internalização comunitária associadas ou não de participações efetivas de quaisquer atores externos. O desenvolvimento local deve ser visto como um diálogo contínuo de busca para resolução de problemas a partir de política de participação e envolvimento social.

Magalhães e Bittencourt (1997) sintetizam o desenvolvimento local como a articulação, em uma região, de seus vários atores sociais, culturais, políticos, econômicos, públicos ou privados, que juntos fazem um planejamento estratégico que oriente suas ações de longo prazo, ou seja, a constroem com

um objetivo comum.

Nesse contexto em que a participação e o engajamento das pessoas são fundamentais no processo de desenvolvimento local, surge então a necessidade de se discorrer sobre o conceito do capital social. De acordo com Putnam (1996), capital social refere-se ao conjunto de normas de confiança mútua, às redes de cooperação, aos mecanismos de sanção e às regras de comportamento que podem melhorar o desempenho da sociedade na solução de problemas que exigem a ação coletiva. O capital social seria, portanto, um bem público, subproduto de outras atividades sociais, fundado em redes de cooperação horizontais e nas relações de confiança. Para o autor, mais importante que as mudanças institucionais é a existência de capital social territorializado.

Segundo Abramovay (2003), capital social é uma forma de estrutura social baseada na confiança que facilitam as ações dos indivíduos através da interação entre eles. Dentro desse conceito, o aspecto da confiança é visto como o facilitador e viabilizador da vida social ao gerar e potencializar os recursos econômicos. Dessa forma, a confiança é alcançada a partir do conhecimento mútuo entre os membros da comunidade e em consequência da forte tradição de ação comunitária.

Coleman (1994) ressalta esse aspecto da confiança ao afirmar que a otimização do capital físico-econômico (insumos, infra-estrutura e financiamento) e do capital humano (educação e preparação técnica) só é atingida na medida em que as relações de confiança (capital social) e a reciprocidade aumentam na comunidade.

Com relação ao conceito de capital social, Franco (2001), o relaciona à capacidade das pessoas de uma sociedade de: privilegiar os interesses do grupo em detrimento dos individuais; implementar o trabalho conjunto objetivando o alcance das metas comuns da comunidade; se organizar e se associar; e compartilhar valores, normas e gestão das organizações comunitárias. Essas características denotam uma série de relações estáveis e duráveis estabelecidas entre pessoas e os diversos grupos e associações formadas dentro do território e propiciam um nível ótimo de desenvolvimento social para a comunidade.

Moura *et al.* (2002), afirmam que para o êxito de qualquer processo de desenvolvimento local é necessário que haja: “capacitação para mobilização e participação da comunidade; cooperação e construção de parcerias; visão abrangente e integrada de desenvolvimento, considerando aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais; e monitoramento do processo”. De acordo com essa lógica, deve-se motivar a participação das pessoas nos grupos sociais que emergem a partir das inter-relações, por meio do incremento de suas capacidades, competências e habilidades.

Desta forma, tem-se que, para pensar o desenvolvimento local, é preciso buscar a combinação harmoniosa de fatores sociais, ecológicos, culturais e políticos presentes em dado território e, a partir das potencialidades locais e estabelecer estratégias sustentáveis de desenvolvimento, considerando as ameaças e oportunidades exógenas. Ou seja, aproveita-se a vantagem e força endógena, criando mecanismos de defesa das ameaças globais, mas aproveitando-se das oportunidades oferecidas pela globalização.

O Desenvolvimento e Cooperativismo

De acordo com Bialoskorski Neto (2004) quando o processo de desenvolvimento falha, isto é, prima apenas pelo lado econômico, a sociedade busca maneiras de corrigir as imperfeições com iniciativas capazes de promover a geração de renda.

As cooperativas são formas de equilibrar esta situação, dando a oportunidade de gerar renda e provendo a população de serviços básicos como saúde e educação e, por vezes exercendo funções do Estado. Adicionalmente, Bialoskorski Neto (2004) define as cooperativas como organizações “diferentes das empresas que apenas visam o lucro nos mercados, pois gera empregos, desenvolvimento econômico e procede na geração e distribuição de renda, o que as outras empresas não fazem com eficiência. Mas, para que essas funções sociais possam ser exercidas, tem-se que co-operar a organização cooperativa de modo economicamente eficiente [...]”.

A Organização Internacional do trabalho, OIT, divulgou, em 2002, um documento, “Recomendação nº 193” reconhecendo o importante papel desempenhado pelas cooperativas no desenvolvimento econômica e social das nações. O documento destaca sua colaboração do desenvolvimento humano sustentável, além de enfatizar sua importância no combate à exclusão social. Além disso, a OIT recomenda a todos os governos a adoção de políticas de incentivo ao cooperativismo (ILO, 2002).

Bialoskorski Neto (2000) afirma que as cooperativas no Brasil são importante elemento de distribuição de renda e desenvolvimento, além de uma resposta da sociedade civil às adversidades do ambiente econômico. Segundo o autor, depois da estabilização da economia em 1994, com o Plano Real, as cooperativas apresentaram um crescimento relevante em números, mais de 40%, gerando empregos, renda e estimulando a atividade produtiva.

Isso pode ser explicado pelo fato da cooperativa ser a solução para a parte excluída da população ao possibilitar, por exemplo, que pequenos agricultores se organizem em uma escala operacional mais compatível com os padrões técnicos e econômicos capitalistas. Além disso, sua racionalidade torna viável uma melhor ocupação e rentabilidade da força de trabalho (DE LANNOY, 1987).

Para Abramovay (2000) a cooperação é obtida em um ambiente em que haja trocas de informações, disposição ao trabalho conjunto e uma ação pública que valorize as atitudes cooperativas de cada agente econômico, ou seja, um ambiente com as condições necessárias para que haja a formação de capital social, importante para o crescimento econômico e desenvolvimento social de uma região. Segundo ele, “o capital social será tanto mais forte quanto mais ele permitir a ampliação do círculo de relações sociais em que vivem aqueles que participam de sua construção”. Desta forma, a sessão seguinte aborda o tema da cooperação.

Sociedades Cooperativas

O cooperativismo é muito forte mundialmente. Segundos dados da Aliança Cooperativa Internacional - ACI (2007), o movimento cooperativo envolve hoje cerca de 800 milhões de pessoas em todo o mundo, gerando 100 milhões de empregos, número 20% maior do que o gerado por empresas

multinacionais. É possível constatar que os países com maior proporção de cooperados são também os mais desenvolvidos.

No Brasil, o cooperativismo também é uma importante força para a economia. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, em 2007 existe 7.518 organizações cooperativas, com aproximadamente 6,5 milhões de associados e gerando 195 mil empregos. O faturamento desse conjunto chega a 100 bilhões de reais, e suas exportações ultrapassam os 2 bilhões de dólares (OCB, 2007).

No Brasil as cooperativas agropecuárias são a segunda maior em números de unidades, mas são as que geram o maior número de empregos e divisas para o país. Segundo dados da AIC (2007), foi através delas que o cooperativismo se difundiu por todo o país.

De acordo com os dados do Pensa (2005), o Brasil é o sexto entre os países que mais utilizam as cooperativas na captação de leite, sendo estas responsáveis por 40% do total produzido, o que é um percentual razoável se comparado a países como França e Alemanha que apresentam respectivamente 47% e 52% de captação por cooperativas. No entanto, a participação das cooperativas na captação leiteira já foi de mais de 80% na década de 70, sendo o declínio explicado por diversos fatores históricos, mudanças tecnológicas e acirramento da concorrência, principalmente por parte de empresas multinacionais e importações de lácteos (BIALOSKORSKI NETO; SOUZA; GARCIA; 2006).

A ACI indica sete princípios básicos para o cooperativismo: 1) adesão livre e voluntária; 2) controle democrático pelos sócios; 3) participação econômica dos sócios; 4) independência e autonomia dos sócios; 5) educação, treinamento e formação; 6) cooperação entre cooperativas; 7) preocupação com a comunidade (ACI, 2007).

Segundo Alves (2003), os princípios do cooperativismo, uma vez seguidos adequadamente, podem prestar uma grande contribuição para o desenvolvimento econômico e social de uma região, estado ou país através do aumento das oportunidades de trabalho; da diminuição da desigualdade de renda; do fortalecimento das instituições democráticas; da defesa das liberdades individuais e da humanização das relações econômicas.

Ainda sobre os princípios do cooperativismo, Bialoskorski Neto (1998a) considera a igualdade, a solidariedade, a fraternidade e a liberdade como sendo os princípios principais para distinguir as sociedades cooperativas das sociedades mercantis. O princípio da igualdade pode ser refletido nas sociedades cooperativas devido à sua gestão igualitária que considera 'um homem um voto'. A relação de cooperação que se estabelece entre cooperado e cooperativa exemplificam os princípios da solidariedade e da fraternidade e exprime a idéia de ajuda mútua entre os interessados. O princípio da liberdade está presente no ato de ingressar ou sair da cooperativa que é livre e voluntário.

De acordo com Lins e Pires (2003), o cooperativismo surge na atualidade como uma forma de valorizar as dimensões sociais das organizações e de responder à crise da sociedade de trabalho. As mudanças observadas no mundo do trabalho, no estado de bem-estar social, na formação de blocos econômicos e nas demandas econômico-produtivas indicam que o

movimento cooperativo e seus limites estão sendo redefinidos, estabelecendo-se, assim, novas correlações de força entre os diversos agentes (LINS; PIRES, 2003).

Entretanto, de forma geral, as cooperativas devem atingir a eficiência econômica para poderem atingir também a função social de geração de renda e prestação de serviços à população. Para que se consiga a eficiência econômica é necessário incorporar uma gestão especializada e profissional, capaz de tomar decisões com destreza e rapidez (BIALOSKORSKI NETO, 2004).

Outro ponto de suma importância trata da educação cooperativa. A educação possibilita a consolidação dos valores cooperativistas, pois incentiva a participação ativa dos cooperados nas decisões referentes à organização (BIALOSKORSKI NETO, 2004), além de conscientizá-los sobre a força do trabalho cooperativo e a relevância deste tipo de organização para a sociedade em que está inserida.

Este contexto coloca o cooperativismo brasileiro alinhado ao contexto mundial, em que se busca o desenvolvimento humano e social, sem se afastar dos objetivos econômicos de geração de renda e divisas para o país (BIALOSKORSKI NETO, 2004).

3. ESTUDO DE CASO

O estudo foi realizado junto a Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro, a COOPAMSP, situada no município de São Pedro, estado de São Paulo. Esta cooperativa tornou-se objeto do presente estudo pelo fato de ser composta apenas por “pequenos” produtores que utilizam somente mão-de-obra familiar em suas propriedades.

A história da Cooperativa começa no final da década de 80, quando a Legião Brasileira de Assistência (LBA) implementou um projeto que emprestava recursos para a formação ou desenvolvimento de microempresas. Esses recursos deveriam ser devolvidos, posteriormente, na forma de produtos gerados por essas microempresas, sem juros ou correção monetária, em 12 parcelas anuais, destinados a uma instituição de caridade na mesma região da microempresa.

No final de 1988, 38 produtores tiveram acesso ao empréstimo. A assistência técnica aos produtores foi dada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) através de um convênio técnico-financeiro que posteriormente propuseram a formação de uma associação composta pelos produtores mutuários. Desta forma, ao invés de devolverem o dinheiro a uma instituição de caridade, ele poderia ser pago para essa associação dos próprios agricultores, proporcionando mais benefícios a todos (APAMSP, 1989).

A proposta foi aceita pela LBA e logo foram realizadas eleições para a composição de uma diretoria e posteriormente aprovou-se o estatuto da entidade nomeada como Associação dos Produtores Agropecuários do Município de São Pedro (APAMSP).

A atuação da APAMSP estava voltada para diversas atividades: facilitação da aquisição de insumos; auxílio para a comercialização dos produtos dos associados; possibilidade de acesso à assistência técnica individualizada; recebimento de recursos para o grupo; representação dos

agricultores em conselhos de desenvolvimento públicos; organização de eventos sociais para arrecadar fundos e eventos visando à informação técnica.

Os associados passaram a realizar compras conjuntas o que possibilitava melhores preços, maiores prazos, além de reduzir o valor do frete e se tornar um mercado interessante para os revendedores, que passaram a visitar a região mais freqüentemente. Com o decorrer dos anos eles passaram a comprar também ração bovina, calcário, ração para galinhas, sementes, medicamentos e vacinas. Em 1990, construíram, em multirão, um barracão de 200 m² para servir de depósito e escritório da Associação.

Já no segundo ano, a Associação começou a atuar na comercialização da produção de leite dos associados ao negociar preços recebidos e estudar propostas de laticínios concorrentes.

A atuação em grupo possibilitou o recebimento de recursos e doações, além de contribuir para a vinda de benefícios para a comunidade, como a construção de uma escola municipal, em 1994, e a reativação de um posto de saúde.

Com o aumento da produção dos associados devido ao melhor acesso à assistência técnica e a financiamentos, ficava cada vez mais forte a idéia da construção de um laticínio, que já existia desde a fundação da APAMSP. Sua concretização se tornou possível em 1994, quando houve uma liberação de recursos por parte da LBA que possibilitou a compra dos equipamentos mais caros que compõe um laticínio. O restante das despesas foi custeado por alguns sócios através de recursos próprios, fundos levantados em eventos por eles organizados bem como a realização de multirões. Foi criada na Associação a unidade Laticínio.

O laticínio entrou em funcionamento em julho de 1997, passando a pasteurizar o leite de seus sócios e comercializá-lo na forma de leite tipo C. Neste ano, a comercialização ficou abaixo de 3000 litros de leite dia, mas em 1998 Cooperativa já comercializava cerca de 3500 litros/dia. Em 2007, este número já passa de 7000L/dia e a capacidade foi aumentada com a aquisição de novos equipamentos, passando para 10.000 litros/dia. O laticínio processa desde então leite dos tipos B e C, produz passou recentemente a produzir iogurtes de vários sabores. Na região sua marca, "Leite do Campo", é conhecida e respeitada

Quando foi criada a COOPAMSP possuía 53 cooperados e em 2007 este número subiu para 98, sendo 64 deles pequenos produtores de leite. Os outros 34 cooperados utilizam da cooperativa apenas para a compra de insumos para a produção de milho, aves, gado de corte, suínos, e hortaliças.

3.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

No período de julho a agosto de 2007 foram realizadas as entrevistas com os 17 produtores que estão na cooperativa desde o seu início em 1989. A seguir, são as principais mudanças encontradas visando verificar que tipos de alterações ocorreram e qual a participação da cooperativa nos mesmos.

3.1.1. Famílias

Como o aumento da escolaridade no período poderia ser devido apenas ao crescimento das crianças, optou-se por comparar as escolaridades de pais e filhos atualmente.

Neste sentido, nota-se que houve uma grande melhoria e aumento da escolaridade, uma vez que mais da metade dos filhos possuem ensino médio, sendo que 48% deles o possuem completo, enquanto a maior parte dos pais não possui nem o ensino fundamental completo, como se pode observar no gráfico 1.

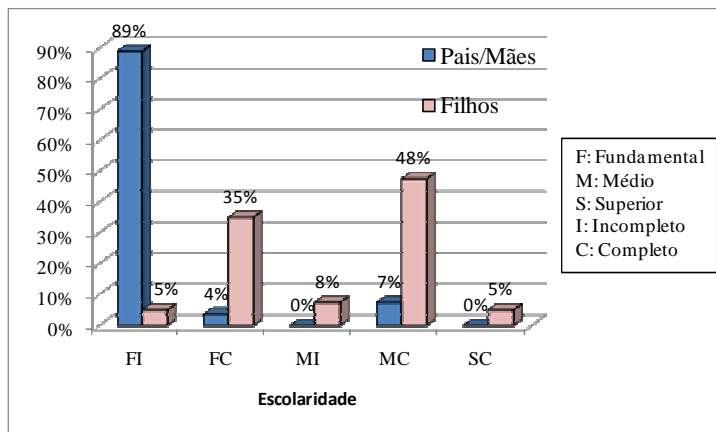


Gráfico 1: Escolaridade de pais e filhos em 2007.

Sobre esta questão foram registrados alguns comentários:

"Agora temos uma excelente escola que lutamos muito para construir. Assim o estudo centralizou e melhorou muito. Além disso, conseguimos o transporte escolar que não tinha antes".

"Melhorou muito... O acesso, o ensino, a estrutura... Ficou uma 'beleza'".

Com base nestas declarações, pode-se dizer que a cooperativa contribuiu de alguma forma para esta melhoria ao conseguir a construção da escola no bairro rural dos produtores, o que facilitou o acesso das crianças ao ensino.

3.1.2. Propriedade

Outro aspecto que apresentou grande mudança foi a propriedade. Em 1989 a maioria dos produtores tinha pouca, ou não tinha, terra própria, sendo arrendatário ou parceiro para a produção na maioria dos casos. Atualmente, o que se nota é que não só o tamanho das propriedades próprias aumentou como pode ser observado no gráfico 2, mas também quase não há arrendatários e cada um trabalha em seu próprio sítio.

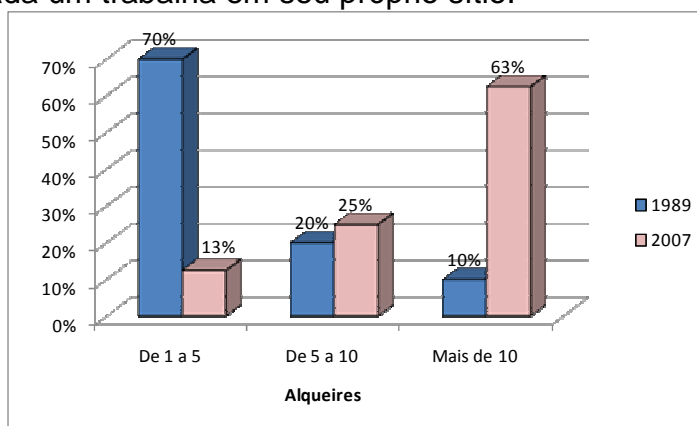


Gráfico 2: Distribuição dos produtores para cada faixa tamanho de propriedade (em alqueires) em 1989 e 2007

As entrevistas revelaram também que todos os agricultores promoveram melhorias em suas propriedades para o aumento da capacidade e da qualidade da produção, sobretudo a leiteira. Em praticamente todas as propriedades, foram construídos e/ou ampliados os currais e adquiridos tratores e máquinas.

Tal fato demonstra que houve uma melhoria na renda dos produtores que puderam adquirir mais terras, construir mais benfeitorias e passaram a se dedicar mais à sua própria produção, levando à uma melhoria da qualidade de vida.

A cooperativa teve, neste ponto, fundamental importância ao facilitar o acesso dos produtores a financiamentos. Como se observa no gráfico 3 a seguir, em 1989 apenas 29% dos cooperados entrevistados tinham financiamento e hoje, apenas três deles não o possuem.

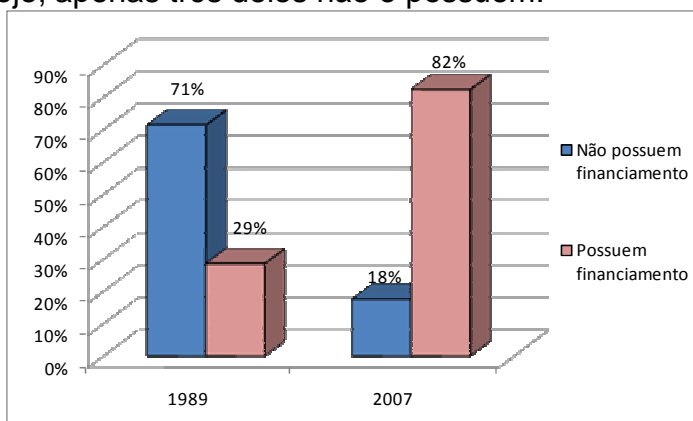


Gráfico 3: Posse dos cooperados em relação a financiamentos em 1989 e em 2007.

A maioria dos cooperados obteve verbas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF para financiar a compra de equipamentos, o custeio de plantio, entre outras coisas. O PRONAF foi criado em 1995, facilitando o acesso dos pequenos proprietários ao crédito, porém muitos dos entrevistados alegaram que só conseguiram isto através da cooperativa, como se percebe pelos depoimentos:

"A cooperativa facilita muito na hora de conseguir financiamento".

"Estar em um grupo ajudou no começo, e agora já podemos pegar [financiamentos] individualmente".

O PRONAF faz parte de um conjunto de políticas públicas do governo Federal cujo objetivo principal está em promover de forma sustentável o desenvolvimento dos agricultores familiares, aumentar sua capacidade produtiva, a geração de emprego e renda, e assim, proporcionar melhorias na qualidade de vida destes produtores. Dentro deste contexto, as cooperativas surgem como um instrumento facilitador e incentivador, ao divulgar esta forma de financiamento, orientar os produtores nas questões técnicas financeiras e ao desmistificar o endividamento como sendo algo ruim. Além disso, conforme citado, muitos produtores se agrupam para pegar financiamentos maiores, e isso só é possível devido à rede de confiança criada pela cooperativa.

3.1.3. Produção

No que se refere à produção, o leite continuou sendo a principal atividade da maioria dos produtores e a sua maior fonte de renda. O milho, por ser insumo desta atividade se manteve igualmente presente e também se observou um aumento na sua produção. No entanto, como pode se notar no

gráfico 4, houve uma mudança nos outros tipos de culturas. Em 1989, cultivava-se arroz, feijão e café de forma secundária, agora, são as hortaliças, as granjas, o gado de corte e a cana-de-açúcar que cumprem essa função. Em alguns casos essas novas atividades já são até as de maior geração de renda.

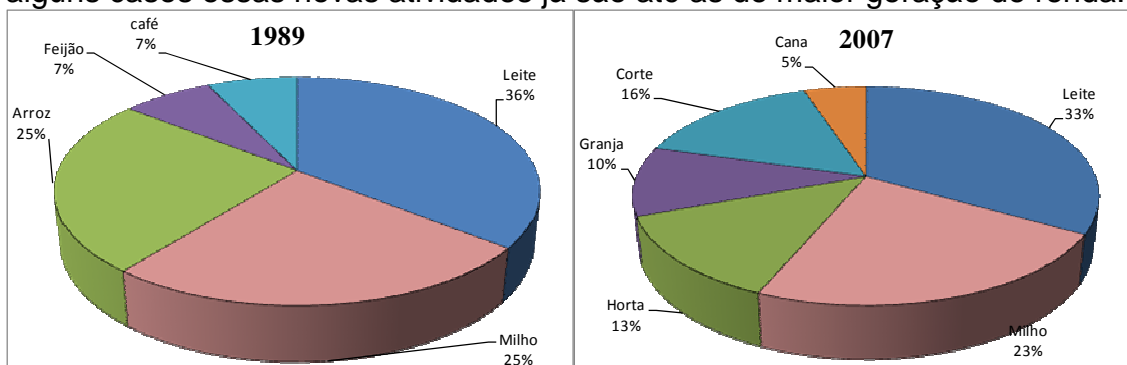


Gráfico 4: Distribuição dos produtores em cada tipo de cultura em 1989 e em 2007.

Apesar de a cooperativa ter ajudado os produtores ao pagar pelo leite um preço maior do que o de mercado, ao fornecer insumos mais baratos, assistência técnica e facilidade de acesso a financiamentos, nos dois últimos anos a pecuária leiteira enfrentou uma grande crise, o que fez muitos produtores buscar outras fontes de renda em sua propriedade. O depoimento de alguns cooperados demonstra bem essa situação:

“Esses dois anos passamos apuros... O que salvou foi vender alguma coisa todo mês: um porco, alguns ovos, etc”.

“É preciso diversificar a produção para aguentar o ‘baque’ da crise”.

E é também por isso que muitos cooperados, ao serem indagados no que a cooperativa poderia melhorar, responderam que seria no apoio para produção e venda de outras culturas e atividades que não só a leiteira.

Ao afirmarem que apoio da cooperativa é importante para o desenvolvimento e melhoria de outras atividades agrícolas, os produtores demonstram que reconhecem a cooperativa como fator essencial sem o qual fica difícil produzir e comercializar. Eles percebem assim que possuem inúmeras vantagens quando estão trabalhando em grupo.

3.1.4. Bens de consumo

O levantamento dos bens de consumo adquiridos após a criação da cooperativa mostrou que todos os produtores tiveram algum tipo de melhoria, como se pode observar no gráfico 5.

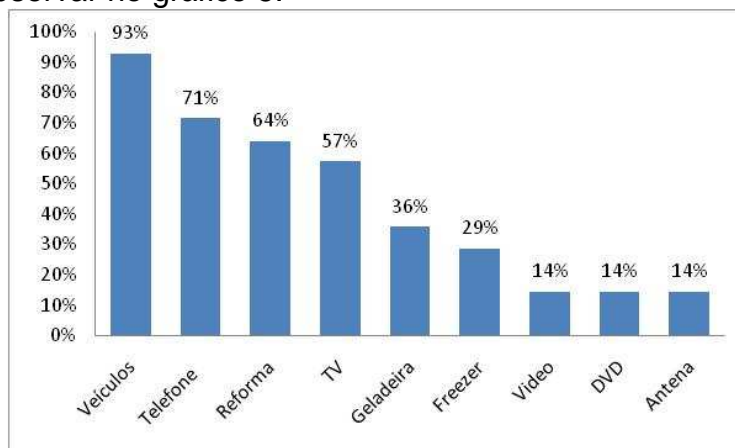


Gráfico 5: Porcentagem de produtores que adquiriram ou trocaram cada bem de consumo depois de 1989.

Mais da metade deles comprou televisores, teve acesso a telefone, teve sua casa reformadas e/ou pintada. Além disso, praticamente todos agora possuem um carro.

Esse aumento dos bens de consumo, inclusive com a obtenção de bens que não são de primeira necessidade, como vídeo e dvd, por alguns produtores, demonstra que houve um incremento na renda das famílias e também na sua qualidade de vida.

3.1.5. *Serviços Públicos*

Quando indagados sobre as melhorias das políticas públicas, todos os produtores entrevistados relataram que os principais avanços foram a construção da escola e do posto de saúde que facilitou o acesso à educação e à assistência médica.

No entanto, existem sérios problemas no que diz respeito ao saneamento básico e à coleta de lixo. Ambos ainda não estão presentes no bairro e são responsabilidades do próprio produtor. Eles normalmente utilizam fossas construídas por eles e levam o lixo até um ponto de coleta na cidade. Apesar disso, percebe-se um começo de conscientização por parte de alguns proprietários que já separam o lixo para o programa de reciclagem da prefeitura.

3.1.6. *Benefícios*

Ao serem indagados sobre quais benefícios a cooperativa havia trazido para a região, todos os entrevistados responderam que ela foi responsável pela melhoria da qualidade de vida, e, apesar de estarem passando um momento difícil devido à crise, mais de 70% também afirmaram que ela trouxe melhoria na renda (gráfico 6), comprovando assim os dados analisados anteriormente. Algumas afirmações dos produtores reforçam essa afirmação:

"Hoje tá difícil, mas passamos um tempo muito bom, as coisas eram mais baratas e sobrava mais dinheiro no final do mês".

"Ela [a cooperativa] foi importante para manter a renda".

"[A cooperativa] trouxe benefícios para todo mundo... Muita gente virou profissional na cooperativa".

Isto reforça a conclusão de Bialoskorski Neto e Balieiro (2000) em seu estudo sobre as cooperativas do estado de São Paulo no qual constataram que onde há cooperativas, há também um maior nível de emprego, investimento e renda na gricultura.

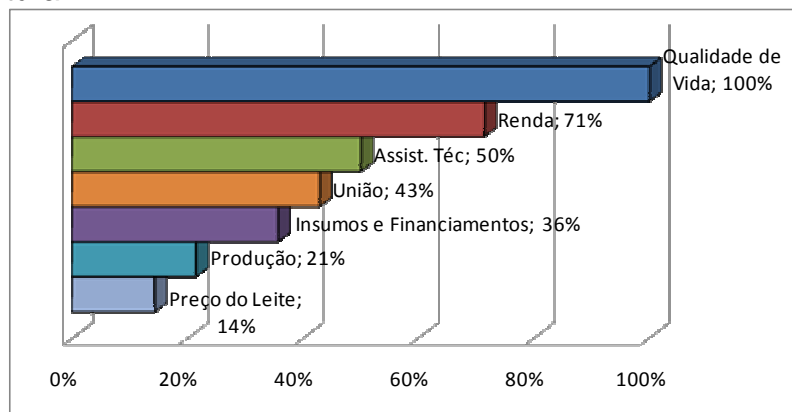


Gráfico 6: Benefícios trazidos pela cooperativa segundo a opinião dos cooperados entrevistados.

Em termos mais técnicos, foram citados o acesso à assistência técnica e a facilidade de obter insumos e financiamentos como os grandes benefícios trazidos pela cooperativa. Alguns cooperados atribuíram também a COOPAMSP a melhoria na sua produção. Assim, a cooperativa foi importante para o aprendizado e o crescimento dos produtores, como ilustra a declaração a seguir:

"Se aprendeu muito a respeito de plantar, comprar, negociar, e principalmente, correr atrás das coisas, ir buscar soluções".

Chama a atenção o fato de, apenas dois cooperados terem citado o preço do leite (valor e estabilidade) como benefício. Isso demonstra que tal fator não é tão importante como se pensava e o cooperado vê outras vantagens de se associar que apenas isto, ou seja, vantagens não monetárias, como a união e a qualidade de vida.

A "união" aparece como um benefício da cooperativa para cerca de 40% dos entrevistados, o que demonstra que os produtores perceberam as vantagens de estarem juntos e aprenderem a trabalhar em grupo, como se observa também em suas declarações:

"[a cooperativa foi importante] principalmente porque uniu o grupo e deixou o pessoal forte, antes era cada um 'prum' lado"

"Aprendeu a se trabalhar de outra forma.... em grupo"

Pode-se afirmar assim que a cooperativa estabeleceu um movimento social e possibilitou a formação de capital social na região, confirmando assim a afirmação de Stryjan apud Bialiskorski Neto e Balieiro(2000) que definiu este fato como sendo a principal diferença entre a organização de uma empresa e de uma cooperativa.

Todos os entrevistados passaram uma imagem positiva da cooperativa, como pode ser ilustrado pelos depoimentos que seguem:

"A cooperativa não 'foi' boa... Ela 'está' sendo e vai ser boa!! É uma garantia para o futuro!"

"E sem ela [a cooperativa], poucos estariam aqui".

De modo geral, pode-se dizer que todos reconhecem que a cooperativa teve fundamental importância na melhoria de vida de cada um, e que ela deve assim se tornar cada vez mais forte.

3.1.7. Problemas

A respeito dos problemas que a cooperativa possui, foram citados basicamente três: participação (39%), gama de serviços (33%) e sucessão (28%).

Desta forma, o principal problema levantado foi quanto à participação. Muitos produtores relataram que devido à crise da pecuária leiteira, a participação e a motivação dos cooperados diminuíram bastante:

"Falta ânimo e entusiasmo como no começo".

"O pessoal tem que participar mais... pegar pra fazer".

"O pessoal já foi mais ativo... Hoje tá mais devagar".

"O pessoal era mais animado, acho que é porque a vida ficou mais difícil".

"Tá precisando de gente nova para reanimar o pessoal do leite".

"É preciso dar um jeito de juntar e motivar a turma de novo por causa da crise do leite".

Essa preocupação com a participação demonstra o quanto o grupo considera esse fator importante para o desenvolvimento da cooperativa e como a falta dele é prejudicial ao grupo. Tal fato comprova que houve a criação de um capital social benéfico sem o qual os produtores não querem mais ficar, pois percebem nele vantagens para sua atividade ebm como de melhoria de qualidade de vida.

O segundo maior problema citado: gama de serviços, já foi descrito no item “produção” e está relacionado com a diversificação da produção e a demanda de novos serviços à cooperativa para atender aos produtores de outras culturas que não só o leite.

Por último, porém não menos importante é citado o problema da sucessão, os cooperados demonstraram que estão preocupados com a continuidade da cooperativa uma vez que o jovem não se interessa pelas atividades rurais e não se envolvem com a cooperativa, como comprovado pelos relatos a seguir:

"O jovens são desanimados com as coisas do sítio em geral".

"Um grande problema da ‘Serra’ é a juventude. E eles estão certos: tem que estudar e cair fora. Os jovens não querem essa vida! É muito dura! Eu quero me aposentar e descansar..."

"É difícil atrair o pessoal... A vida das crianças só melhorou através da cooperativa, mas não sei o que fazer para incentivá-los a ficar no campo, a trabalhar aqui... Eles querem estudar e sair!"

"Tenho tudo pra continuar isso aqui mas não tem mais gente [os filhos estão todas trabalhado na cidade]. Nem vou investir mais..."

Pode-se dizer que o aumento da escolaridade citado no item “Família” determinou, de certa forma, com que os jovens se distanciassem do meio rural. Atualmente apenas a metade dos filhos continua no campo e poucos são os que têm interesse em continuar as atividades dos pais. A principal razão apontada para esse desânimo é a difícil vida que leva o pequeno produtor de leite.

É conveniente ressaltar que não foi registrada qualquer reclamação quanto à administração e condução da cooperativa, mesmo quando a pergunta era feita diretamente. Isso demonstra que em geral há uma confiança nas lideranças da cooperativa e as práticas são normalmente transparentes a todos.

4. CONCLUSÕES

Desenvolvimento local implica em desenvolvimento econômico e social de uma localidade e sobretudo na existência de capital social. Neste sentido, as cooperativas surgem como instrumento de promoção e incremento desta “rede de confiança mútua” que ao promover a interação dos atores locais e a participação da comunidade proporciona crescimento coletivo e gera desenvolvimento.

O objetivo geral deste estudo era portanto, analisar a contribuição das cooperativas na promoção de desenvolvimento. Para tanto, foi realizado um revisão bibliográfica sobre esses dois temas de forma a embasar a análise de um caso concreto, posteriormente realizado. O intuito era observar se após a implantação da cooperativa houve alguma melhoria nas condições de renda e vida da população envolvida e qual a participação da cooperativa nestas mudanças.

O estudo de caso da COOPAMSP mostrou que a relação do cooperativismo com o desenvolvimento local é realmente forte. Foi possível constatar, não só através de dados estatísticos descritivos, mas principalmente pela percepção dos cooperados, que, depois da construção da cooperativa, houve aumento da escolaridade dos filhos, melhorias na propriedade, na produção, na renda e na qualidade de vida em geral. E tudo isso é atribuído por eles a essa nova forma de se relacionarem e se organizarem chamada cooperativa.

Apesar de alguns produtores ainda não terem essa percepção, o maior benefício trazido pela cooperativa à região foi, sem dúvida, a criação do capital social. Foi a capacidade de organização, de união e de cooperação que possibilitou o sucesso da cooperativa e por consequência, a melhoria de vida de cada um.

Entretanto, alguns fatores se apresentam como fortes ameaças a todas essas conquistas. Entre eles pode-se citar as dificuldades inerentes à pecuária leiteira, que demanda investimentos relativamente grandes e de alto risco. Além disso, o mercado é inconstante e os preços para o produtor muitas vezes se tornam insustentáveis. A crise do leite do últimos dois anos abalou a estrutura de muitos produtores da região de São Pedro, que diminuíram a produção ou acabaram desistindo de produzir leite e foram atrás de rentabilidade em outras atividades agrícolas. Este fato é citado por vários entrevistados como uma das razões para o desânimo em relação à cooperativa por parte de muitos cooperado, observado nos últimos anos, que não participam mais como antes.

Outro fator problemático é a sucessão uma vez que os jovens não participam muito da cooperativa e muitos nem se interessam pelas atividades agrícolas da família. Algumas explicações para isso podem ser a alta carga de trabalho no campo e a baixa remuneração do produtor que ainda é a regra no país; a falta de uma educação voltada para a realidade rural desses jovens; a cultura brasileira de desvalorizar o trabalho rural, entre outras (SILVESTRO Et alli, 2001; PASSADOR, 2006). Ou seja, observou-se que houve um grande desenvolvimento do capital social entre os mais velhos, mas este não atingiu tanto os jovens que em sua maioria vêm na migração e no trabalho urbano a saída para a melhoria de vida. Se faz necessário disseminar mais a cultura de cooperativismo para que o capital social se desenvolva entre todos e haja assim verdadeiro desenvolvimento territorial sustentável (ABRAMOVAY, 2003).

De qualquer forma, é possível verificar que o envolvimento dos produtores com a cooperativa é muito grande e que o espírito cooperativista já está enraizado no grupo que tem consciência de que só com a cooperativa é possível melhorar a produção, a vida e competir no mercado. Espera-se que a crise não seja capaz de abalar ou desanimar esse grupo e que eles consigam passar esse aprendizado para seus filhos para que sempre encontrem uma solução juntos, afinal, nas suas próprias palavras, “sem a cooperativa eles não teriam chegado aonde estão”!

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R., VICENTE, M. C. M., BAPTISTELA, C. S. L., FRANCISCO, V. L. F. dos S. **Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento**

agrícola do Estado de São Paulo. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v.43, n.2, 1996.

ABRAMOVAY, R. **Capital Social: Cinco proposições sobre desenvolvimento rural.** Mimeo, 2000.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ACI – Aliança Cooperativa Internacional. **Informações estatísticas sobre o movimento Cooperativo.** Disponível no site: <http://www.ica.coop/coop/statistics.html>. Acesso em 12/05/2007.

ALVES, A. G. M. P. **As cooperativas agropecuárias e o brde: histórico, situação atual e perspectivas.** Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Porto Alegre, 2003.

ÁVILA, V. F. de. **Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local.** Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol.1, n.1, p. 63-76, Set. 2000. Campo Grande: UCDB, 2000.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Governança e Perspectivas do Cooperativismo.** I Workshop Internacional de Tendências do Cooperativismo, Ribeirão Preto, FEARP, 1998.(a)

_____. **Ambiente Institucional e Estratégias de Empreendimentos Cooperativos.** Preços Agrícolas. Piracicaba, 2000.

_____. Cooperativismo é economia social: fortalecendo a identidade cooperativa. Um ensaio para o caso brasileiro, 2004. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/programas_eventos/sem_tend_04/CooperativismoehEconomiaSocial.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2006.

BIALOSKORSKI NETO, S.; BALIEIRO, C. F. **Capital social e cooperativas na Agricultura do Estado de São Paulo: um ensaio analítico.** Texto para Discussão – Comissão de Pesquisa e Publicações da FEA-RP/USP. Ribeirão Preto, 2000.

BIALOSKORSKI NETO, S.; SOUZA, J. V. P., GARCIA, L. F. Cooperativas de leite no Brasil: estratégias e tendências. In: **Estratégias para o leite no Brasil.** CONSOLI, M. A.; NEVES, M. F. (orgs). São Paulo, Atlas, 2006.

COELHO, F. D., FONTES, A. **Redel: as redes de desenvolvimento econômico local.** In: Fórum Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Caderno Temático. Brasília, BNB, 1998.

COLEMAN, James. **Foundations of Social Theory.** Cambridge: Harvard University Press, 1994.

DEL CASTILLO, J. **Manual del desarrollo local. Departamento de Economía y Hacienda.** Gobierno Vasco, Victoria-Gasteiz, 1994.

DE LANNOY, C. **A Tecnologia e os grupos Agrícolas da exploração comum.** UFRGS, Porto Alegre, 1987.

FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.** Poderes Locais, desenvolvimento e gestão – introdução a uma agenda. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FRANCO, A. de. **Capital social.** Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J., **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP, 1996.217p.

ILO – International Labor Organization – **The promotion of cooperatives**: ILO recommendadtion no. 193. Genebra, 2002.

IRION, J. E.O . **Cooperativismo e Economia Social**. São Paulo: Editora STS, 1997. 344p.

KAGEYAMA, A. et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: Delgado, G., Gasques, J. G., Villa Verde, C. M. **Agricultura a políticas públicas**. Brasília: IPEA , n.127, 1990, cap2, p.113-253.

LINS, M.L.; PIRES, S. Dádiva, economia social e cooperativismo: a promulgação de uma nova ética societária? **UniRcoop**. v.1. n.1. 2003. Disponível em: <[http://www.unircoop.org/documents/revue/Release/Artigo%20UFRPEvf_1_\(1\).pdf](http://www.unircoop.org/documents/revue/Release/Artigo%20UFRPEvf_1_(1).pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2006.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário: **PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar**, 2004. Disponível em: http://www.fomezero.gov.br/download/PIB_Agricultura_Familiar.pdf

MAGALHÃES, R.; BITTENCOURT, G.; **Projeto alternativo de desenvolvimento rural**. In: CONTAG; Programa de Formação de Dirigentes e Técnicos em Desenvolvimento Local Sustentável com base na Agricultura Familiar. Brasília: MTb/Sefor/Codefat/Contag, 1997.

MOURA, M. S., MELO, V. P., CASTRO, R., MEIRA, L., LORDÉLO, J. A. C. **Gestão do Desenvolvimento Local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas**. RAP. Rio de Janeiro, 2002.

OAKLEY, P., GARFORTH, C. **Manual de capacitación en actividades de extension**. Roma: FAO, 1985.152p.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileira. Disponível em: <www.ocb.org>. Acesso em: 10 mai. 2006.

PASSADOR, C. S. – **A Educação Rural no Brasil – o caso da escola do campo Paraná**. São Paulo: Annablume, 2006.

PENSA – Programa de Estudos dos Negócios do Setor Agroindustrial – FEARP/USP. **Tomografia da Cadeia Produtiva de Leite de São Paulo**. Disponível em http://www.pensa.org.br/workshop/leite/4_nas_fazendas.pdf, 2005.

PEREZ, L. H.,, **Formas de organização de pequenos produtores rurais no Estado de São Paulo**. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v.37, n.2, 1990.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro; FGV, 1996.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVESTRO, M. L. et alli **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Epagri, Brasília, 2001.

VEIGA, José Eli da. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. In: CD-ROM dos Anais do Encontro Anual da ANPOCS, XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, 1996.

VEIGA, J. E. da, **Uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil**. In: CD-ROM dos Anais do Encontro Anual da ANPOCS, XXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1997, Caxambu, 1997.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2000.